

## ARTIGOS

## O SENSO COMUM CONTRA A BUROCRACIA

VÍTOR NUNES

Economista e associado do IEE  
vitor@frattini.com.br



Desconheço alguma pessoa que afirme gostar de burocracia ou que acredite que ela seja um catalisador para o desenvolvimento de uma nação. Muito pelo contrário, os países com maior facilidade de fazer negócios e maior liberdade econômica são os que apresentam melhores indicadores de desenvolvimento e crescimento. Algo acontece em nosso país que faz o senso comum não virar política pública. No entanto, por meio da Medida Provisória 881, batizada MP da Liberdade Econômica, temos uma chance rara de avançar no caminho do desenvolvimento, em especial pela redução de burocracias.

Um dos artigos do projeto prevê o desenvolvimento de uma matriz de risco para orientar os atos de liberação, fiscalização e sanção de negócios. As atividades

econômicas seriam classificadas pelo nível de risco, baixo, moderado ou alto, tendo um tratamento diferenciado de acordo com o patamar de risco que representam.

*Temos uma chance rara de avançar no caminho do desenvolvimento*

A medida prevê, para atividades de baixo risco, salvo algumas exceções, a dispensa de liberação, fiscalizações apenas sob denúncia e sanções apenas observando o critério de visita dupla.

Na prática, isso implica que a maioria dos micro e pequenos empresários, que via de regra atuam em atividades de baixo risco, estarão livres para iniciar

seus negócios sem passar pelo crivo de burocratas. Os benefícios de tal medida poderão ser sentidos de diversas formas, até mesmo no próprio setor público. Ao conceder liberdade para o pequeno empreendedor, o Estado deixa de gastar seus recursos escassos escrutinando atividades que não representam risco, enquanto permite aos agentes públicos concentrarem esforços em fiscalizar atividades em que eles são elevados.

Micro e pequenas empresas são, com larga vantagem, apontadas por estudos do Caged e do Sebrae como as maiores geradoras de novos empregos no Brasil. Em um país com 13 milhões de desempregados, a aprovação de uma medida que facilite a vida desse empreendedor é uma questão de sobrevivência. Esperamos que o senso comum prevaleça!

## TRANSIÇÃO SEM RUPTURA

A Assembleia Legislativa viveu um primeiro semestre muito importante. Foi responsável por ajudar na transição do governo, enfrentando temas que restavam pendentes para continuar o enfrentamento da maior crise fiscal que já vivemos, sem grandes rupturas que pudessem causar a descontinuidade de ações fundamentais.

Entre 2015 e 2018, cumpri o desafio de integrar a equipe de José Ivo Sartori, que desencadeou um processo de transformação histórico para o Estado.

Implementamos medidas e aprovamos no parlamento projetos de mudanças estruturais, modernizando o Estado para direcionar o dinheiro da população para o que ela mais precisa: segurança, saúde, educação e infraestrutura.

Como secretário de Planejamento, contribuí para atingir-

mos esses objetivos. Iniciamos a desmistificação do debate quanto à privatização de empresas estatais que enfrentam enormes dificuldades financeiras ou não contam com a capacidade de investimentos necessários. Casos claros de CEEE, CRM e Sulgás. O processo de discussão e sensi-

*Não há mais espaço para demagogia com o dinheiro da sociedade*

bilização da opinião pública, que em sua maioria apoiou a decisão, culminou com a aprovação na Assembleia da autorização para alienação, venda ou federalização dessas empresas.

Votei com coerência e convicção, aprovando a permissão pa-

ra o novo governo avançar nesta direção. Oportunidade rara de prosseguir no Legislativo aquilo que iniciamos no Executivo.

Ainda nesse contexto, a aprovação de uma LDO novamente realista, que consolida 2020 como o quinto ano consecutivo de responsabilidade fiscal com as contas estaduais, foi outra chance de mostrarmos isso.

Não há mais espaço para demagogia com o dinheiro da sociedade. Ainda não conseguimos colocar a despesa dentro da receita. Temos um longo caminho para recolocar o Rio Grande do Sul nos trilhos. Mas seguimos para o restante do ano com a certeza de ter não somente auxiliado na transição entre governos, mas sustentado o interesse da maioria dos gaúchos, que é o de tornar nossa máquina mais eficiente e menos ideológica e corporativista.

CARLOS BÚRIGO

Deputado estadual (MDB-RS)  
carlos.burigo@al.rs.gov.br



## EM DIA

## A ECONOMIA E OS BANCOS

RICARDO R. HINGEL

Economista, consultor e  
conselheiro de empresas  
rrhingel@gmail.com



O reduzido nível de atividade da economia brasileira, sem maiores ameaças inflacionárias, mais a provável aprovação da reforma da Previdência, alia-se a um cenário externo cuja principal ameaça é um moderado crescimento da economia mundial e viabiliza um cenário favorável a uma redução ainda maior da já historicamente baixa taxa Selic.

É possível que a Selic feche 2019 próximo dos 5% ao ano. Se considerarmos que a inflação prevista para os próximos 12 meses está próxima de 4%, teremos uma taxa de juros real pouco acima de 1%.

Na cena externa, tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia, os indicadores são de que as taxas de juros continuarão baixas em função também exatamente de atividades econômicas modestas.

Taxas de juros baixas geram oportunidades, mas também podem trazer riscos mais elevados. Com uma Selic em 5%, investimentos lastreados em títulos públicos ou seus correlacionados, como os referenciados em CDI e após a cunha fiscal, terão dificuldades em pagar acima da inflação.

A baixa rentabilidade de chamada renda fixa abre oportunidades, mas também riscos para quem tenta diversificar investimentos. O canto da sereia de aplicações que pagam muito acima do que o chamado CDI paga, na maior parte das vezes traz riscos que acabam saindo da seara do mercado financeiro e transformam-se em casos de polícia.

Taxas de juros baixas diminuem a vantagem rentista e oportunizam investimentos nos chamados ativos reais, que vão desde imóveis até ações, bem como o investimento das empresas.

A aprovação da reforma da Previdência melhorará a previsibilidade e a perspectiva da economia, o que pode elevar o nível geral de investimentos nos mais diversos setores econômicos, mas principalmente na infraestrutura, podendo atrair capitais externos relevantes e que são foco do chamado PPI – Programa de Parcerias de Investimentos do Governo Federal, que busca inversões estimadas em R\$ 1,4 trilhão.

Há alguns dias, uma leitora me cobrou um artigo que desse uma visão mais otimista para a economia nacional; de alguma forma respondendo aqui, mas há um ponto ainda não resolvido: segundo crítica do ministro Paulo Guedes, é elevada a taxa de juros cobrada pelos bancos nacionais, fruto da grande concentração bancária que se formou no Brasil nos últimos anos, ponto já tratado neste espaço anteriormente.

*A aprovação da reforma da Previdência melhorará a previsibilidade e a perspectiva da economia*

Ricardo R. Hingel escreve às quartas-feiras, a cada 15 dias.

Amanhã: Gabriela Ferreira, líder de Impacto Social do Tecnopuc e diretora técnica da Anprotec

## Opinião online



•Eduardo Pazinato, advogado, professor universitário: "A queda dos homicídios no Estado deve ser comemorada. No entanto, não se pode esquecer a necessidade de uma gestão compartilhada mais eficiente entre a União, Estado, municípios e a sociedade civil gaúchas".

GAÚCHAZH.

Leia o artigo em  
[bit.ly/gzhpazinato](https://bit.ly/gzhpazinato)

Artigos devem ter até 2.000 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.  
[bit.ly/opiniaogauchazh](https://bit.ly/opiniaogauchazh) [artigozh@zerohora.com.br](mailto:artigozh@zerohora.com.br) [@opiniaozh](https://twitter.com/opiniaozh)